

RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.032 - RJ (2018/0018135-9)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : NELSON FERNANDES LINO DA COSTA
RECORRENTE : MAURICIO FERNANDES LINO DA COSTA
RECORRENTE : CLAUDIO FERNANDES LINO DA COSTA
RECORRENTE : FERNANDO FERNANDES LINO DA COSTA
ADVOGADOS : ARMANDO MICELI FILHO - RJ048237
LUCIANA DA SILVA FREITAS - RJ095337
CAMILA NASCIMENTO OLIVEIRA - RJ211005
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Nelson Fernandes Lino da Costa e outros, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 2ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 293):

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATENTADO NO AEROPORTO DE GUARARAPES. ÓBITO DE FAMILIAR. PRESCRIÇÃO.

1. Lide envolvendo o pedido de indenização por danos morais decorrente do óbito do avô dos autores no atentado a bomba ocorrido no aeroporto de Guararapes, em 25.7.1966. Recurso pleiteia seja afastada a prescrição declarada pelo Juízo a quo e reduzido o valor dos honorários sucumbenciais fixados na sentença.

2. A teor da Constituição Federal/1988, somente são imprescritíveis o racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. De todo modo, a questão trazida aos autos não se identifica como crime de tortura ou, como querem os autores, como crime político, por ter ocorrido durante o período do regime militar. "Embora os autores apontem o fato como crime político, restou constatado, conforme documento lavrado pela Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara, instituída pelo Estado de Pernambuco, que o autor da ação (leia-se: do atentado) não era agente público ou político, e sim um militante do movimento de esquerda Ação Popular".

3. Mesmo se considerados os alegados danos sofridos - a perda de um ente familiar - como lesão a direito fundamental, esses não foram ocasionados em situação de anormalidade institucional que justifique o afastamento da prescrição, considerando ainda que não houve impedimento aos autores ao exercício do direito de ação. Nesse sentido: TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 200851010194535, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, EDJF2R 18.2.2011.

4. o prazo prescricional aplicável de 5 anos, previsto no Decreto nº

20.910/32, em seu art. 1º.

5. A causa de pedir é o óbito do avô dos autores, ocorrido em 25.7.1966, sendo a ação ajuizada em 29.10.2014, quase 50 anos depois, estando, à evidência, prescrita a pretensão autoral.

6. Honorários advocatícios fixados em 5% do valor da causa, em conformidade com o disposto no art. 85, §§ 2º, 3º e 6º, do Código de Processo Civil em vigor (Lei n. 13.105/2015). Manutenção do percentual arbitrado na sentença.

7. Apelação não provida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 307-311).

Nas razões do especial, os insurgentes alegam violação dos arts. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e 14 da Lei n. 9.140/1995, bem como dissídio jurisprudencial, sustentando que a pretensão não está prescrita, uma vez que somente em dezembro de 2013 tiveram conhecimento de todos os fatos.

Afirmam que as ações indenizatórias que tenham como fundamento atos políticos cometidos na época do regime militar são imprescritíveis.

Apontam malferimento do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), porquanto o valor arbitrado de honorários sucumbenciais é desproporcional.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso especial (e-STJ, fls. 393-398).

É o relatório.

Relativamente à prescrição, o aresto combatido encontra-se sedimentado nos seguintes fundamentos: a) a ação foi ajuizada em 2014, muitos anos depois da abertura política, iniciada em 1974 e findada em 1985; b) a questão dos autos não se identifica como crime de tortura ou como crime político, como querem os autores, por ter ocorrido durante o período do regime militar; c) não se trata de crime contra a humanidade ou suportar a imprescritibilidade na dignidade da pessoa humana; d) não há situação de anormalidade institucional que justifique o afastamento da prescrição.

No entanto, as partes requerentes alegam apenas que o *de cujus* morreu em decorrência de ato político e, desse modo, sua pretensão é imprescritível.

A não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

Acrescenta-se, ainda, que a incidência da referida súmula impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TUTELA ANTECIPADA. SUSPENSÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF.

1. O Tribunal de origem adotou dois fundamentos autônomos para indeferir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário: a) a regra do art. 151, II, do CTN (necessidade de depósito integral para fins de suspensão da exigibilidade) e b) em juízo provisório, adequado à apreciação feita na tramitação inicial da demanda (decisão que aprecia o pedido de antecipação de tutela e o respectivo Agravo de Instrumento), não foi demonstrada, à luz do acervo probatório produzido pela empresa, a plausibilidade da tese por ela defendida, de modo que não estão presentes os requisitos do art. 300 do CPC.

2. Dessa forma, o pedido para anulação do acórdão hostilizado, amparado exclusivamente na assertiva de que o art. 151, V, do CTN é inaplicável ao caso concreto, não traz resultado útil para a recorrente, uma vez que o Tribunal de origem já realizou o julgamento com base no estudo de legislação inteiramente divorciada da regra do CTN, capítulo esse autônomo e suficiente para a manutenção do julgado, que, aliás, não foi impugnado no presente apelo.

3. Assim, o fato de a parte recorrente não ter impugnado tal fundamento atrai a incidência da Súmula 283 do STF. Acrescenta-se, ainda, que a incidência da referida súmula impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

4. Recurso Especial não conhecido.

(AREsp 1.550.150/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 18/10/2019)

No tocante à condenação por honorários advocatícios, a Corte local consignou que (e-STJ, fl. 291):

Quanto aos honorários sucumbenciais, diante da improcedência do pedido dos autores, cabe a eles arcar com os honorários sucumbenciais. Conforme disposto no Código de Processo Civil em vigor (Lei n. 13.105/2015), a fixação dos honorários, nas causas em que for parte a Fazenda Pública, dar-se-á com base no valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, na forma do art. 85, §§ 2º e 6º, e nos percentuais estabelecidos no § 3º do mesmo artigo.

Observadas as peculiaridades do caso concreto, o tempo despendido no processamento do feito e o trabalho dos advogados (art. 85, § 2º), e considerando que o valor atribuído à causa (R\$ 800.000,00) não se enquadra nos incisos IV e V do § 3º, que prevêm percentual menor que o fixado na sentença, em 5%, inexistente razão para a reforma do decisum.

A decisão recorrida está em harmonia com a orientação desta Corte Superior.

O STJ já teve a oportunidade de se manifestar acerca da exegese do art. 85, §§ 2º e 3º, do novo código processual, consignando que deve ser observado, na fixação dos honorários de sucumbência, necessariamente o percentual sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, inclusive nas

demandas julgadas improcedentes ou extintas sem resolução do mérito, à exceção do preceito contido no § 8º do art. 85, o que não é o caso.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.187.650/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 30/4/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÓBICE DA SÚMULA 284/STF. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AJUIZAMENTO DO FEITO EXECUTIVO APÓS ADESÃO A PARCELAMENTO, COM A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUSPensa. EXTINÇÃO DO FEITO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO ESTIMÁVEL. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º E 3º DO ART. 85 DO CPC/2015. APLICABILIDADE.

1. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" (Súmula 284/STF).

2. Na hipótese, a extinção da execução fiscal deu-se em decorrência do ajuizamento da demanda com a exigibilidade do crédito suspensa, nos termos do art. 151, VI, do CTN, tendo em vista a adesão da recorrente a programa de parcelamento.

3. Assim, não havendo justa causa para a deflagração da execução fiscal, é

possível estimar o proveito econômico experimentado pela parte executada que, nessa hipótese, corresponde ao valor do crédito cobrado. Em consequência, não incide a previsão contida no § 8º do art. 85 do CPC/2015, como entenderam as instâncias ordinárias, sendo imperativa a observância das regras previstas nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal. Nesse sentido: REsp 1671930/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017.

4. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

(REsp 1.657.288/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 2/10/2017)

Dessa forma, verifica-se que a fixação pelo Tribunal de origem do valor dos honorários observou os limites previstos nos referidos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015, mostrando-se adequada.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator